

Futuro de Cariacica está nas mãos dos deputados

Rita Bridi

A decisão sobre o complicado e rumoroso processo interventório em Cariacica está nas mãos da Assembléia Legislativa. Os deputados estão com a responsabilidade de votar duas matérias relacionadas ao município. A primeira é a mensagem do ex-governador José Moraes propondo a prorrogação da intervenção por mais 90 dias. Se a matéria for aprovada, continua Claudionor Antunes Pinto administrando o município. Se a matéria for rejeitada, poderá assumir o vice-prefeito Nelço Sechin.

A segunda matéria é a mensagem do governador Max Mauro propondo emenda constitucional estabelecendo que para que o Estado decreta intervenção é necessário antes consultar a população através de um plebiscito. A emenda de Max recebeu substitutivo do deputado Paulo Hartung acrescentando que, em caso de urgência, a intervenção poderá ser decretada independentemente da consulta popular. Se isto ocorrer em 10 dias da decretação da intervenção, será solicitada pelo governador a realização do plebiscito para referendar o ato.

Qualquer que seja a decisão tomada pela Assembléia Legislativa, terá reflexos para o futuro do município de Cariacica. E se os deputados decidirem não apreciar as matérias, o município continuará sendo administrado pelo atual interventor. Pelo que tem sido discutido no Legislativo e pelo resultado das reuniões das lideranças partidárias com o governador Max Mauro, a tendência é de que já no início da semana, provavelmente amanhã, os parlamentares votem as duas matérias.

Eles deverão votar primeiro o pedido de prorrogação e rejeitá-lo. Aí, a intervenção es-

tará suspensa. No mesmo dia, em sessão extraordinária, os deputados apreciariam a emenda do governador propondo o plebiscito, devidamente modificada pelo substitutivo de Hartung. Como a emenda prevê que o governador poderá decretar a intervenção, tudo indica que ele o fará, até que seja realizado o plebiscito para consultar a população.

O nome mais indicado hoje para assumir a interventoria em Cariacica é o do vice-governador Carlos Alberto Baptista da Cunha. Se a emenda constitucional for aprovada, Max terá que enviar à Assembléia uma lei ordinária estabelecendo os critérios para a realização do plebiscito, e Cunha administraria o município até que a população se manifestasse sobre o assunto através da consulta.

Na última semana, o governador recebeu representantes dos movimentos organizados de Cariacica no "Salão do Povo" e discutiu a situação do município. Todos que tiveram oportunidade de manifestar suas opiniões manifestaram-se contrários à continuidade de Claudionor Antunes à frente da prefeitura, mas deixaram claro, também, que não querem a volta de Nelço Sechin, que está envolvido nas denúncias de corrupção.

Os representantes do município deixaram claro, também, para o governador, que na realização do plebiscito não querem apenas referendar o nome escolhido pelo governador. Querem se manifestar a favor ou contra a intervenção e, em caso de continuidade da intervenção, querem também escolher o nome do interventor. Se Carlos Alberto Cunha for realmente nomeado para administrar o município, existe a possibilidade de que na realização da consulta outro nome seja escolhido para chefiar o Executivo Municipal até o final de 88.

Intervenção teve início em 85

O processo que culminou com a decretação de intervenção estadual em Cariacica teve início em 17 de fevereiro de 85, quando o Tribunal de Contas do Estado recomendou à Câmara Municipal de Cariacica a rejeição das contas do exercício de 1984 dos prefeitos Vicente Fantini e Nelço Sechin. No dia 27 de dezembro de 85, o TC solicitou ao então governador Gérson Camata a intervenção no município, sob a alegação de que havia sido registrados prejuízos de 5 bilhões de cruzeiros (moeda da época) para o erário público.

No dia 26 de dezembro de 85, o TC em sessão pública, decidiu pelo pedido de decretação de intervenção ao Governo do Estado. A intervenção foi solicitada ao governador: "com vistas ao resguardo do patrimônio público municipal de dilapidação e da improbidade administrativa", de acordo com o relatório do conselheiro Renato Viana Aguiar. Cópia do processo foi, na mesma época, remetida ao procurador-geral da Justiça, com a solicitação para instauração de competente ação penal contra o prefeito licenciado, Vicente Santório Fantini, e o vice-prefeito no exercício do cargo, Nelço Sechin.

Foto de Chico Guedes



Sechin: cassado duas vezes

so elenco de falhas, novas irregularidades detectadas pela equipe de inspeção".

que ocasionaram, sem sombra de dúvida, danos contra o interesse público", destaca o relatório do conselheiro Renato Viana.

O mesmo conselheiro ressaltou que "muitas das ilegalidades apontadas induzem à conclusão da ocorrência de desvio de materiais e da não-realização de obras e serviços contratados, inobstante terem sido efetuados, regularmente, os respectivos pagamentos". Renato Aguiar concluiu que a "permanência do sr. Nelço Sechin no comando da Prefeitura representa a continuidade da prática de tais atos, alguns deles caracterizados como de autêntica corrupção".

Depois de ter recebido ofício do Tribunal de Contas, solicitando a intervenção em Cariacica, em 28 de dezembro de 85, o então governador Gérson Camata nomeou uma comissão formada pelo procurador Luiz Fernando Garcia Marques, pelo representante da Coplan, Edinaldo Loureiro, e pelo fiscal de rendas da Prefeitura de Vitória, Claudionor Antunes Pinto, para confirmar ou não as denúncias feitas pelo TC.

Dos 34 itens denunciados pelo TC, a comissão não chegou a examinar 13, por falta de tempo. Dos 21 restantes, nove foram confirmados como irregula-

Comissão analisa interventoria

O Tribunal de Contas do Espírito Santo encaminhará esta semana, à Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa, toda a documentação relativa às atividades orçamentárias e financeiras executadas pelo interventor da Prefeitura de Cariacica, Claudionor Antunes Pinto, acompanhada do parecer técnico sobre o assunto.

O envio do material atende a uma solicitação feita na semana passada pelo presidente da Comissão Permanente de Finanças, deputado Paulo Hartung (PMDB), que, por sua vez, acatou sugestão nesse sentido de parlamentares do PT e PDT.

Após receber a documentação, Hartung irá reunir os membros da Comissão de Finanças para que seja feita uma análise das atividades financeiras executadas por Claudionor Antunes e, também, do parecer que foi dado pelos conselheiros do Tribunal de Contas.

Todas as informações serão levadas ao conhecimento dos demais deputados que compõem a Assembléia, "para que eles tenham uma visão mais profunda da questão do município e possam melhor refletir sobre o caso da intervenção", enfatizou Paulo Hartung.

Posição

Enquanto a expectativa é de que a situação de Cariacica seja solucionada nesta semana no âmbito da Assembléia, com a rejeição do decreto de prorrogação da intervenção e aprovação do substitutivo que prevê consulta popular para decidir sobre a medida, o grupo dos parlamentares novos do PMDB está disposto a não mais aceitar o desentrosamento da bancada com relação à votação de matérias.

Irregularidades

Abuso

Dentre as irregularidades detectadas, num total de 34, depois de uma segunda inspeção, foi constatado que apenas quatro delas haviam sido sanadas. O TC denunciou consumo excessivo de óleo diesel, pagamento a terceiros por aluguel de maquinaria pesada, compra excessiva de peças de reposição para veículos, compra de medicamentos, no total de 5 bilhões de cruzeiros.

Foi dado um prazo para que Sechin prestasse esclarecimentos sobre as irregularidades constatadas. Mas a inspeção extraordinária reafirmou a existência das irregularidades que "nem de longe" foram justificadas pelo então prefeito. De acordo com o relatório de Renato Aguiar, "foram confirmados, nessa inspeção, todos os erros e vícios anteriormente apontados, acrescentando-se ao já caudalo-

O relator salientou nesse processo que as irregularidades em Cariacica "têm sido uma constante na administração que se instalou a partir de janeiro de 1983 e que, com passar do tempo, elas foram crescendo em quantidade e assumindo características cada vez mais acentuadas de improbidade e corrupção". O processo ressalta que em 1983, as contas do prefeito Vicente Fantini foram apenas parcialmente aprovadas pelo TC, e em 1984, foram rejeitadas.

As irregularidades constatadas na Prefeitura de Cariacica "dão conta do verdadeiro caos administrativo que se instalou, e comprovou-se a existência, em grande quantidade, de atos e fatos administrativos praticados com abuso de autoridade ou do direito, decorrentes do exercício irregular de comandos legais,

ram confirmados como irregularidades graves. As irregularidades foram comprovadas através de 18 documentos anexados ao relatório final de 14 páginas e entregues a Camata, em 4 de fevereiro de 1986. Diante da comprovação de irregularidades e da pressão da população e dos partidos políticos de oposição e do próprio PMDB, Camata decidiu pela decretação da intervenção.

No dia 12 de fevereiro, o interventor Claudionor Antunes Pinto, fiscal de rendas da PMV, assumiu a administração da Prefeitura de Cariacica e foi nomeado para um mandato de até 15 de março de 1987, quando terminasse a administração de Gerson Camata e José Moraes. Claudionor assumiu dizendo que não pretendia exonerar nenhum funcionário, mesmo os ocupantes de cargos comissionados. Em 19 de fevereiro, a Assembléia Legislativa, por unanimidade, aprova a indicação de Claudionor Antunes para a interventoria.

Trombose afasta Fantini

O vice-prefeito de Cariacica, Nelço Sechin, assumiu a Prefeitura de Cariacica em 2 de outubro de 85. O prefeito Vicente Santório Fantini fora acometido de uma trombose cerebral e se encontra licenciado até hoje. Sechin ficou à frente da PMC até que Claudionor Antunes Pinto assumisse como interventor, e nesse período, várias denúncias foram feitas contra ele. Em abril de 1986, teve decretado contra si prisão preventiva, além do seqüestro dos bens.

A denúncia fora feita pela promotora Heloísa Malta Capri, tendo como base as denúncias feitas pelo Tribunal de Contas. A prisão preventiva foi decretada pelo juiz da 1ª Vara Criminal de Cariacica, Adalto Dias Tristão. No dia 31 de maio de 1986,

a Câmara Municipal de Cariacica, por unanimidade, cassou o mandato de Sechin, numa sessão que durou mais de quatro horas. A cassação foi feita com base na constatação das irregularidades feitas pelo Tribunal de Contas.

Embora com prisão preventiva decretada, Sechin não foi preso porque a polícia não o localizou. Nesse período, seu advogado, Namy Carlos de Souza, recorreu contra a cassação do mandato. No Tribunal de Justiça, através do advogado José Almério Petronetto, Sechin conseguiu "habeas-corpus", com parecer favorável do desembargador Everly Grandi Ribeiro. Em novembro de 86, Sechin é cassado pela segunda vez pela Câmara Municipal.

Em 11 do corrente, Nelço Sechin, acompanhado dos advogados José Almério Petronetto e Gualtemar Soares, apresentou-se ao juiz da 1ª Vara Criminal de Cariacica. Os advogados impetraram recurso e o juiz suspendeu temporariamente o decreto de prisão preventiva, seqüestro de bens e afastamento do cargo de vice-prefeito, até a decisão final do Tribunal de Justiça, que deverá ser anunciada nos próximos 30 dias. De acordo com informações do advogado Gualtemar Soares, até que o Tribunal de Justiça se manifeste, se a intervenção for suspensa, Nelço Sechin poderá assumir a Prefeitura de Cariacica, embora tenha sido cassado duas vezes pela Câmara Municipal, acusado de corrupção.

Vereador quer a Prefeitura

O presidente da Câmara de Cariacica, vereador Milton Mello, disse ontem que a vaga de prefeito lhe pertence constitucionalmente, porque ele "tem o respaldo popular". Afirmando que o vice-prefeito Nelço Sechin não tem condições de assumir o cargo — porque a partir do dia 28 cessam os efeitos da liminar que lhe garante esse direito —, Mello sugeriu o fim da intervenção e a consequente destituição de Claudionor Antunes Pinto da interventoria.

"Por que manter a intervenção, quando existe um presidente de Câmara apto a assumir porque tem respaldo popular e não é corrupto?", questionou Milton Mello, explicando que

deixou de pertencer ao grupo da família Santório Fantini, pois "não compactuo com corrupção".

Mello passou toda a tarde de ontem perambulando pelas dependências da Assembléia Legislativa, distribuindo cópias de um telex destinado ao governador, no qual denuncia o "procedimento mesquinho e revanchista do sr. delegado estadual, Claudionor Antunes Pinto".

Classificando Pinto de "ditador", Mello revela que o interventor está agindo com "autoridade plenipotenciária" e, inclusive, ameaça não repassar a verba trimestral do orçamento da Câmara, na tentativa de impedir o funcionamento do órgão.



Foto de J. Magnago

Mello: "O lugar é meu"

da bancada com relação a votação de matérias.

Jorge Anders, que participou de uma reunião do grupo na última quinta-feira, explicou que há necessidade de uma maior discussão dos projetos, sobretudo aqueles oriundos do Palácio Anchieta. Ele se refere ao fato de nos últimos dias o grupo de novos ter defendido a emenda Max Mauro sobre plebiscito, arcando com o ônus do desgaste, e, depois, sem que ninguém fosse consultado, houve uma alteração nos esquemas e se apresentou o substitutivo de autoria de Paulo Hartung.

Anders negou que exista qualquer intenção do grupo em exigir a renúncia do deputado do Salvador Bonomo da liderança do partido. Garantiu que os problemas que se verificam estão ligados "à falta de tempo do líder, nesse início de Governo".

Irregularidades não são sanadas

Embora a Prefeitura Municipal de Cariacica esteja sob intervenção estadual há mais de um ano, as irregularidades ainda não foram sanadas. Relatório do Tribunal de Contas assegura que 30 por cento das irregularidades ainda persistem. Numa inspeção feita na administração de Nelço Sechin, de 1º de janeiro a 13 de fevereiro de 86 e na administração de Claudionor Antunes Pinto, de 14 de fevereiro a 30 de junho de 86, foram constatadas diversas irregularidades.

O relatório que foi lido em sessão pública mas não foi ainda apreciado, destaca o pagamento de obras não realizadas, despesas de concertos em veículos sem constatação dos danos, irregularidades para licitação de obras, ligações internacionais (para os Estados Unidos), e despesas com pagamento efetuado a médicos e enfermeiros do prefeito licenciado Vicente Santório Fantini.

As contas de julho a dezembro de 86 ainda não foram apreciadas pelo TC, porque o relatório ainda está sendo elaborado. No relatório das contas do primeiro semestre de 86, a equipe de inspeção constatou que 70 por cento dos vícios da administração passada foram sanados pelo interventor, reconhecendo, no entanto, que 30 por cento continuam. Fontes do Tribunal de Contas asseguram que o interventor "tem a obrigação de eliminar todas as razões pelas quais ele foi designado".

Prazo

O próprio interventor Claudionor Antunes Pinto, em correspondência enviada ao governador José Moraes, em 13 do corrente, reconhece que não conseguiu realizar todas as tarefas que lhe foram designadas. "Muito embora tenhamos nos empenhado em agilizar o processo de reordenamento das atividades desta Prefeitura, no período da intervenção, não nos foi possível concluir todo o ritual necessário para que essas tarefas fossem concluídas", ressalta o interventor.

Ele salienta que ao assumir a PMC encontrou em condições "precarías", ponderando que "o prazo do decreto não foi o suficiente para que a normalidade fosse conseguida". Claudionor ressaltou no ofício que o prazo para a intervenção expira no dia 15 do corrente, explicando que tomou a liberdade de comunicar ao governador os fatos, "a fim de serem tomadas as medidas que o caso requer".

Antes de deixar o cargo, o governador José Moraes encaminhou à Assembléia Legislativa decreto prorrogando a intervenção em Cariacica por mais 90 dias e mantendo Claudionor Antunes interventor estadual. Acompanhou o decreto mensagem à Assembléia Legislativa, justificando as medidas.